

A PROCISSÃO DO NOSSO SENHOR BOM JESUS DOS NAVEGANTES: BREVE DISCUSSÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

Naila Cassia Reis Menezes*

Resumo: *A partir da análise de conceitos que se fazem presentes na dinâmica da Procissão de Nosso Senhor Bom Jesus dos Navegantes, ocorrida todos os anos na Península Itapagipana, em Salvador, é que se busca elaborar esse trabalho, discutindo-os e contrapondo-os, mostrando através deles a importância de sua análise para perceber não só a Festa, como toda a dinâmica por trás das relações entre o sagrado e o profano, o masculino e o feminino e as próprias mudanças ocorridas nas festas populares soteropolitanas.*

Palavras-chave: Procissão de Nosso Senhor Bom Jesus dos Navegantes; Festas; Cultura; Sociabilidade.

INTRODUÇÃO

Apesar de não ser a festa religiosa de maior destaque na Bahia, a Procissão de Nosso Senhor Bom Jesus dos Navegantes tem grande relevância no calendário de festas do Estado não somente pela sua forma (procissão marítima), mas também por vir conseguindo se manter com pouco apoio e recursos num contexto de desvalorização de algumas manifestações religiosas católicas. Pela tradição, por sua ligação quase que indissociável com a festa profana que ocorre no bairro da Boa Viagem todos os anos, pela composição social variada, pela multiplicidade de crenças envolvidas e, por último, pela memória que guarda em si e nos seus espectadores mais antigos a referida Procissão merece relevância para os estudos históricos.

No presente trabalho, discutimos alguns conceitos que irão nortear a análise feita acerca da Procissão e que não poderiam estar desassociados do tema, são eles: cultura, memória, tradição, festa e gênero. O conceito de *gênero* é essencial porque a dinâmica da sociedade é pensada a partir da festa, com vista a identificar: a relação entre os membros da Irmandade que colaboram com a Igreja e promovem a festa com os barraqueiros e a população que participa da parte profana. Contudo, mais precisamente, será importante uma análise das relações sociais entre os gêneros no que se refere à divisão dos trabalhos cotidianos entre os membros dessa devoção: há ou não uma diferenciação baseada no sexo? há alguma delimitação de trabalhos específicos para homens e mulheres? Portanto, se fará uma análise que vise descobrir questões referentes a essa divisão, se ela ocorre de modo a promover ou manter algum tipo de preconceito de gênero.

A DISCUSSÃO CONCEITUAL

Ao observar a Procissão de Nosso Senhor Bom Jesus dos Navegantes, é importante considerar, no que diz respeito aos participantes, que:

* Graduada em História com Concentração em Patrimônio Cultural pela Universidade Católica do Salvador e Bolsista de Iniciação Científica da FAPESB. Autora. Contato: nailacrm@yahoo.com.br. Orientadora: Professora Doutora Márcia Maria da Silva Barreiros Leite.

[...] As práticas e os sentimentos religiosos dessas pessoas não eram simples tradição ou repetição de uma liturgia conhecida na infância. Sua fé, suas crenças, sua religiosidade, enfim, realizavam-se a cada momento, em cada ato da vida, no modo de agir e de pensar, na vida familiar e na atuação social e política. (DEL PRIORE, 1997, p. 5).

A partir da análise deste trecho de Mary Del Priore é possível levantar algumas questões essenciais para o desenvolvimento do tema. Nessa passagem é abordada a idéia de tradição que permeia muitos dos acontecimentos sociais, principalmente aqueles duradouros, como é o caso da Procissão de Nosso Senhor Bom Jesus dos Navegantes.

A tradição não necessariamente se caracteriza pela permanência de uma manifestação tal como ela ocorria desde a sua origem, intacta, imutável, mas, se refere àquele sentimento de nostalgia e rememoração presente nos seus participantes, juntamente com a perpetuação de alguns aspectos. Ela se relaciona àquela sensação de que o acontecimento é uma constante na vida dos seus participantes, como a Festa em questão, ocorrida todos os anos, sem interrupção, o que faz dela, portanto, uma tradição, cuja origem, diga-se de passagem, é remota e até hoje desconhecida. Tal conceito está diretamente associado ao de memória, assim como ao de cultura. Uma tradição, para ser rememorada ou estudada em tempos mais remotos, além das fontes de pesquisa convencionais (livros, revistas, almanaques, diários, etc.), necessita do trabalho da memória dos seus participantes. Seja daqueles que são antigos espectadores da tradição, ou dos que ouviram histórias, já que a transmissão oral não é prática descartada, principalmente atualmente.

Ainda é possível chegar ao conceito de cultura através do trecho de DEL PRIORE, assim como da presença de diferentes culturas dentro de uma mesma comemoração (quando a autora trata de sentimentos e práticas no plural, explicitando uma diferença de comportamento entre os participantes) e de como se dá essa interação. A Procissão de Nosso Senhor Bom Jesus dos Navegantes marca um momento do calendário religioso baiano e da história da Bahia, onde o sagrado e o profano se unem, através de um “acordo de convivência pacífica”, segundo um dos entrevistados.

Essa Festa é tratada como uma manifestação da cultura não apenas pelo fato de ser tradicional e por haver a participação do povo, mas porque se pode encontrar a presença e mistura de características e práticas de diversas camadas sociais e grupos que fazem parte de contextos diferentes da sociedade, como os membros da Irmandade, os barraqueiros, os devotos, os curiosos, os participantes da parte profana, reunindo, portanto, diversas culturas dentro da cultura da festa. Enfim, é pela possibilidade de se perceber na Festa comportamentos diversos, reflexos da diferença de se manifestar, é que ela pode ser considerada um movimento cultural. É justamente disso que trata a cultura: de comportamento, pensamento, sensibilidades e atitudes.

É importante abarcar também a presença da Cultura Popular em conjunto com as demais. Para isso, se deve salientar todo o preconceito que a designação “cultura/tradição popular” traz em seu bojo. Apesar de as tradições populares serem tratadas normalmente como folclore, numa visão preconceituosa, elas não devem ser percebidas dessa forma, mas sim como “do povo”, ou seja, próprias das camadas menos abastadas da sociedade.

A busca pelas origens de algumas dessas manifestações populares foi uma questão bastante discutida durante algum tempo devido a preocupação e tentativa de descobrir as

contribuições das culturas diferentes e de outros grupos sociais para a sua formação. Posteriormente essa idéia foi questionada e, ao invés das demais culturas serem consideradas parte da popular, a contribuição erudita para esta passou a ser vista como ameaçadora, “civilizatória”, descaracterizadora, em virtude de buscar uma reconstituição, visando salvaguardá-la como efetivamente ela era originalmente, sem modificações. Esse fato fica explícito em AYALA & AYALA e em ARANTES:

As práticas culturais populares, na verdade, se modificam, juntamente com o contexto social em que estão inseridas, sem que isso implique necessariamente sua extinção. Apesar disso, muitos estudiosos, até hoje, continuam acreditando em seu iminente desaparecimento. (AYALA & AYALA, 1987, p. 20).

Através de um esforço realizado, em geral, em nome da estética e da didática, “enxugam-se” os eventos artísticos denominados “populares” de características consideradas inadequadas ou desnecessárias, sob o pretexto de revelar-lhes mais claramente a estrutura subjacente. (ARANTES, 1985, p. 20).

É importante analisar uma tradição cultural a partir das suas diferenças, pois ela é mutável e não estanca, modificando-se no decorrer do tempo e se adequando às novas perspectivas sociais. Em decorrência dessa análise, há a necessidade de se ter uma maior preocupação com os detalhes, como contexto, localização, participantes, situação de pesquisa, etc. O interesse maior não é a mera descrição da tradição, mas a interpretação do processo de criação das manifestações culturais.

Na realidade, o importante é associar a tradição com a cultura, não tratando, no entanto, essa última como mercadoria, como bem aborda Alfredo Bosi¹. Assim, é no sentido de perceber a cultura como herança, transformada em tradição, e não como mercadoria, que se busca observá-la. Então, todo o entorno, todas as partes que compõem uma cultura ou uma tradição não passam mais a serem vistos como elementos dissociados, mas sim como partes dela, influenciando diretamente na sua existência e ocorrência.

A relevância no tratamento dessas questões e, principalmente das relações de gênero, pode ser percebida em Peter Burke, quando trata das diferentes manifestações culturais femininas na Idade Moderna, nas quais havia uma diferenciação gritante entre as ocasiões notadamente permitidas às mulheres e naquelas em que apenas os homens participavam. Além do que o autor, na sua pesquisa, enfrentou um problema que ainda é comum quando se estuda as diferenças de gênero na História:

Há muito pouco a se dizer sobre as mulheres, por falta de provas. Tanto para os antropólogos sociais como para os historiadores da cultura popular, existe um “problema das mulheres”. A dificuldade de reconstruir e interpretar a cultura dos assim chamados inarticulados é aqui mais agudo; a cultura das mulheres está para a cultura popular assim como a cultura popular está para o conjunto da cultura, de modo que é mais fácil dizer o que ela não é do que o que ela é. A cultura das mulheres não era a mesma que a dos seus maridos, pais, filhos ou irmãos, pois, ainda que muitas coisas fossem partilhadas, também existiam muitas das quais as mulheres estavam excluídas. Elas estavam excluídas das

¹ BOSI, Alfredo. Cultura como tradição. In: NOVAES, Adauto. **Cultura Brasileira: tradição/ contradição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Funarte, 1987, p. 31-58.

guildas² e, freqüentemente, também das irmandades. [...] Pelo menos na Europa oriental, as mulheres tinham suas canções próprias. [...] As mulheres eram muito menos letradas do que os homens. [...] Assim, a palavra escrita somava-se à lista de itens culturais não partilhados pelas mulheres, e elas começaram a superar os homens como guardiãs da tradição oral mais antiga. (BURKE, 1999, p. 76).

Portanto, é possível perceber através do trecho acima, que a história das mulheres, o seu estudo, sempre foi um tema difícil para os pesquisadores, devido a dificuldade de acesso e disponibilidade das fontes e ao papel secundário relegado a elas nas sociedades; reflexo de uma cultura em que majoritariamente os homens tinham domínio e poder. Essa situação, entretanto, começou a se modificar (inclusive academicamente) quando ocorreu o movimento feminista, momento no qual os historiadores e demais pesquisadores passaram a valorizar o estudo de novos sujeitos históricos, incluindo, desta forma, as relações de gênero.³ Portanto, pensar as experiências femininas relacionadas às sociabilidades da festa profana e religiosa se constitui atualmente numa questão aberta para a historiografia.

Em se tratando das questões de gênero e sua relevância para o trabalho, é importante que se esclareça desde já que não se pretende privilegiar nem atribuir adjetivos a membros de um ou outro grupo, mas sim, percebê-los como bem tratou Joan Scott: “as feministas começaram a utilizar a palavra ‘gênero’ mais seriamente, num sentido mais literal, como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos⁴”. Portanto, é analisando a sociedade e seu entorno que se enfocará as relações de gênero mais adiante.

O sociólogo Florestan Fernandes, por sua vez, insiste na necessidade de captar as funções sociais das manifestações de cultura popular.⁵ É justamente isso que se busca no presente trabalho: discutir as diferentes funções dos grupos sociais (não só dos populares) na Procissão, incluindo a perspectiva das relações de gênero. Portanto, é em virtude de todas essas questões é que hoje se busca discutir a participação feminina, o que não é diferente neste trabalho, no qual se pretende fazer uma análise do papel das mulheres na Procissão, se há ou não uma diferenciação na sua participação para a dos homens; além da divergência entre os discursos de

² Corporações de ofício, artesanais, semelhantes aos sindicatos atuais. Existiram principalmente durante a Idade Média e se mantiveram durante mais algum tempo na Europa.

³ Sobre esse tema, tomei como base diversos estudos, dentre eles: PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. In: **Revista Catarinense de História**. Santa Catarina, Terceiro Milênio, n. 2, 1994, p. 35-44.; SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul/dez, 1990, p. 5-22.; RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana Maria & GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.) **Masculino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998, p. 22-41.; DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 217-235.; SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flammarion & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.; FILHO, Amílcar Torráo. Uma questão de Gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. In: **Cadernos Pagu**, n. 24, 2005, p. 127-152.; e AMORIM, Marina Alves. Combates pela História: a “guerra dos sexos” na historiografia. In: **Cadernos Pagu**, n. 20, 2003, p. 217-244. Esses dois últimos disponíveis em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0104-8333&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 de janeiro de 2008.

⁴ SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, V.16, n. 2, jul/dez, 1990, p. 5.

⁵ AYALA, Marcos & AYALA, Maria Ignez Novais. **Cultura Popular no Brasil: Perspectivas de análise**. São Paulo: Ática, 1987, p. 34.

ambos os gêneros. O objetivo de análise de gênero aqui proposto se coaduna com o de Natalie Davis (apud SCOTT):

Nosso objetivo é compreender a importância dos sexos dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir o alcance dos papéis sexuais e do simbolismo sexual [...], é encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la. (DAVIS, apud SCOTT, 1990, p. 5).

Um outro conceito que não deve passar despercebido é o de memória, marcas concretas da existência da memória que, apesar de todas as armadilhas e inúmeras emoções que traz em seu bojo, são de indiscutível importância não só para o estudo de manifestações culturais, como de diversos outros aspectos da cultura, sociais e antropológicos. A memória está presente em cada um e aparece nos mais variados momentos, colaborando ou confundindo as pesquisas e análises, mas com sua importância comprovada.

O principal problema trazido pela memória são as peças que ela prega no seu transmissor, porque é “interessante”, só traz à tona, rememora o que é interessante para o seu comunicador. Com relação aos questionamentos feitos ao papel da memória, se pode chamar a atenção para o fato de que, segundo alguns autores ela entra em choque com inúmeras características da História, por exemplo:

[...] a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. (NORRA, 1993. p. 9).

Entretanto, a idéia de memória como prejudicial ao trabalho do historiador há muito tempo está fora de uso. Apesar de suas armadilhas, do esquecimento, da inventabilidade, da auto-seleção do transmissor, a memória é um instrumento importante para o trabalho historiográfico. Por sua vez, “a memória é o centro vivo da tradição, é o pressuposto de cultura no sentido de trabalho produzido, acumulado e refeito através da História. Para Platão a memória é ativa. Aprender é lembrar, lembrar é aprender⁶”.

Já Ecléa Bosi trata, no seu livro *Memória e Sociedade*, dos diversos aspectos da memória. Para a autora, a memória sofre influência do espaço, do tempo, da idade do depoente, das lembranças que se mantiveram, do aspecto do que se deseja lembrar, do inconsciente, do contexto, da sociedade, etc, sendo, portanto, importante observar e levar em conta esses diferentes aspectos para não se cometer falhas e fazer uma melhor análise das informações obtidas.

Ainda é válido salientar que não só a memória individual, mas também a coletiva tem a sua parcela de participação nos trabalhos historiográficos, antropológicos, culturais e sociais: “ a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.⁷”.

⁶ BOSI, Alfredo. Op. cit., p. 53.

⁷ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992, p. 477.

O recolhimento dos depoimentos de pessoas diferentes, tanto no que se refere ao gênero, quanto à classe social e função dentro da Festa é importante para que se abarque os diferentes pontos de vista, pois cada um só relembra aquilo que lhe convém ou o que a memória permite. Para se poder abarcar um maior número de informações; adquirir, através dos dados obtidos, uma idéia da memória coletiva e até contrapô-las, é que é interessante o recolhimento de diversas entrevistas.

Contudo, BOSI também adverte que a memória coletiva é apenas uma das possibilidades e devem ser guardadas as devidas proporções já que se faz a partir das individuais. “Por muito que se deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum.⁸”.

Finalmente, não se pode esquecer do ponto central desta pesquisa que é a festa. Torna-se importante salientar que ela, no contexto aqui descrito, não deve ser entendida sob um só ponto de vista, não deve ser minimizada, mas sim percebida no seu todo, abrangendo tanto a parte profana como a sagrada, englobando as mais diversas classes sociais presentes nas comemorações, assim como as diversas faixas etárias e gêneros.

Sabe-se que as festas, desde o Período Colonial, são manifestações, representações culturais das sociedades mais remotas, tendo sido muitas delas trazidas ao Brasil através dos colonizadores portugueses. Portanto, muitas das comemorações, sejam elas religiosas ou profanas, cujas origens não são conhecidas, podem ter sido originadas em Portugal e trazidas ao Brasil através dos primeiros colonizadores. Além disso, as festas, principalmente as religiosas, sempre foram reflexo dos jogos de poder e formas de conseguir disseminar certas idéias, principalmente para as populações menos favorecidas e para as classes subalternas, como os índios e escravos em seus diferentes momentos.

As comemorações (sendo elas profanas ou sagradas) reproduziam os elementos da sociedade na qual aconteciam. As hierarquias, os pudores, as exigências e vários outros elementos eram mantidos, ou pelo menos havia a tentativa, porém, em muitos locais e a depender do grupo social participante, esses aspectos eram burlados, às vezes até propositalmente, como forma de protesto contra uma determinada imposição ou situação social.

A autora Mary Del Priore⁹ deixa bem explícita essa relação, as diversas funções das festas para os mais diferenciados grupos sociais, que a aproximavam de manifestações teatrais, dialogando com o âmbito político, religioso e simbólico. A primeira parte de sua colocação já diz muita coisa, visto que nas comemorações eram feitos verdadeiros teatros, com apresentações de dança e canto, muitos dos quais às vezes foram censurados e proibidos pelo seu caráter mundano. O fato político diz respeito justamente à associação e controle do Estado nas festas, impondo o seu domínio e fazendo a população se comportar de acordo com os seus preceitos. Já no que se refere ao religioso, a maioria das festas profanas estavam associadas efetivamente às religiosas. Eram a forma de se burlar o controle eclesiástico e a burocracia da Igreja. Além de tudo, as comemorações, por si só, já denotam o caráter simbólico das suas ações, como, por

⁸ BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 12. ed., 2004, p. 411.

⁹ DEL PRIORE, Mary. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

exemplo, as fantasias, os cantos e a devoção a determinados santos. Em tudo isso o caráter simbólico das festas e seus aspectos estão manifestados.

Inicialmente, as comemorações festivas, ou melhor, a associação entre sagrado e profano, se dava visando, através dos mais diversos acontecimentos dentro delas, inferiorizar os povos que não se enquadravam como europeus brancos. Havia a reinvenção dos mitos pagãos nas festas, como forma de minimizá-los, mostrá-los como inferiores. Posteriormente, com essa troca de idéias, a diversidade cultural que havia na Colônia e a falta de controle efetivo; foi que as diversas manifestações passaram a existir como forma de protesto contra o governo, não mais como meio de menosprezar determinado grupo nativo, ou apenas não para isso. A festa adquiriu uma função muito maior. Com o passar do tempo, por acontecer visando defender interesses de determinado grupo e por normalmente se darem em locais públicos, as manifestações acabaram se tornando uma forma de maquiar a situação de pobreza e de vida árdua dos povos menos favorecidos.

Ainda é preciso destacar que as manifestações posteriormente caracterizadas como profanas e ofensoras dos bons costumes, surgiram através da própria Igreja ou de sua associação com o Estado, como, por exemplo, as danças, surgidas com o intuito de facilitar a catequese indígena que acabou sendo associada às práticas profanas nas comemorações. Essa informação é ratificada num determinado momento por um dos depoentes no que tange à Procissão de Nosso Senhor Bom Jesus dos Navegantes. Em determinado momento, as danças também foram vistas como forma de atrair multidões de novos adeptos do catolicismo. Portanto, se pode perceber que um determinado aspecto, um acontecimento nas festas pode ter, no decorrer do tempo e dos diferentes interesses das classes dominantes, diversos funções e usos.

Por fim, se infere que as festas não são válvulas de escape:

[...] a festa significava também um repositório imenso de costumes e tradições, permitindo, ainda, que culturas específicas como a negra, a índia ou a ocidental se fecundassem mutuamente, fazendo circular de uma para a outra novos símbolos e produtos culturais. (DEL PRIORE, 2000, p. 127).

CONCLUSÃO

Enfim, é importante visualizar, perceber, analisar, estudar as festas, no caso aqui em questão, a Procissão de Nosso Senhor Bom Jesus dos Navegantes e a comemoração no seu entorno, a partir da diferença: social, de cultura, de participantes, de comportamentos, de atividades, de gênero. Portanto, a divergência é o ponto chave, crucial na elaboração deste trabalho, principalmente no que tange à observação das culturas presentes nas festas.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Marina Alves. Combates pela História: a “guerra dos sexos” na historiografia. In: Cadernos Pagu, n. 20, 2003, p. 217-244. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0104-8333&lng=en&nrm=iso.
Acesso em: 31 de janeiro de 2008.

ARANTES, Antonio Augusto. **O que é Cultura Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

AYALA, Marcos & AYALA, Maria Ignez Novais. **Cultura Popular no Brasil: Perspectivas de análise**. Ática: São Paulo, 1987.

BOSI, Alfredo. Cultura como tradição. In: NOVAES, Adauto. **Cultura Brasileira: tradição/contradição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Funarte, 1987, p. 31-58.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 12. ed., 2004.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2. ed., 1999.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

DEL PRIORE, Mary. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. História das Mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 217-235.

_____. **Religião e Religiosidade no Brasil Colonial**. São Paulo: Ática, 1997.

FILHO, Amílcar Torrão. Uma questão de Gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. In: Cadernos Pagu, n. 24, 2005, p. 127-152. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0104-8333&lng=en&nrm=iso.
Acesso em: 31 de janeiro de 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.

NORRA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo. n. 10, Dez, 1993.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. In: **Revista Catarinense de História**. Santa Catarina: Terceiro Milênio, n. 2, 1994, p. 35-44.

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana Maria & GROSSI, Miriam Pillarm (Orgs.) **Masculino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998, p. 22-41.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul/dez, 1990, p. 5-22.